

**CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**  
**ENQUADRAMENTO TÉCNICO N.º CP\_AVP\_ET\_2024****Entre**

A **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL**, Instituição de Utilidade Pública Desportiva, contribuinte n.º 501982060, com sede na Avenida de França, n.º 549, 4050-279, Porto, aqui representada pelo seu Presidente, Vicente Henrique Gonçalves de Araújo, adiante designada como Primeira Outorgante,

**E**

A **ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PORTO**, com o contribuinte n.º 501940731, com sede na Rua António Pinto Machado, n.º 60, 2º andar, 4100-068, Porto, representada neste ato pelo seu Presidente, Fernando Ricardo Palhares Ferreira, adiante designada por Segunda Outorgante,

**Ambas em conjunto designadas como “Partes”,****Considerando que:**

- Pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, os apoios ou participações financeiras atribuídos pelas Federações Desportivas às Associações Regionais ou Distritais nelas filadas, são obrigatoriamente titulados por Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo;
- A concessão de apoios mediante a celebração de Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo tem em vista, nomeadamente, fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projecto;
- O apoio concedido via Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo visa uma maior coordenação da modalidade, para que uma política global, visando o desenvolvimento sustentado do Voleibol Nacional, seja cada vez mais efectiva e a prática de hábitos saudáveis, designadamente, através do Voleibol, atinja um cada vez maior público-alvo;

Página 1 de 6

De acordo com a legislação em vigor é celebrado o presente **Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo – Enquadramento Técnico**, o qual se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula Primeira**

##### **(Objeto)**

1 - Constitui objeto do presente Contrato a concessão de uma comparticipação financeira, a qual se destina à execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo – Enquadramento Técnico, exclusivamente para a comparticipação pelos serviços prestados por colaborador ou prestador de serviços à Associação de Voleibol do Porto no âmbito do referido Contrato.

2 – O Enquadramento Técnico em questão visa dotar a Associação de Voleibol do Porto de um (1) Técnico para desempenhar funções de apoio aos Clubes filiados e projecto Gira Volei, com acção e competências que carecem da aprovação da Primeira Outorgante.

#### **Cláusula Segunda**

##### **(Comparticipação financeira)**

1 - A comparticipação financeira a prestar pela Federação Portuguesa de Voleibol à Associação de Voleibol do Porto, para apoio à execução do Programa referido na Cláusula 1.ª, é até ao montante de EUR 10.200,00 (dez mil e duzentos euros), destinada a comparticipar os custos com:

- Técnico Projecto Gira Volei

2 – A alteração dos fins a que se destinam as verbas previstas neste contrato só poderá ser feita mediante autorização escrita da Federação Portuguesa de Voleibol, com base numa proposta fundamentada da Associação.

**Cláusula Terceira****(Disponibilização da comparticipação financeira)**

A comparticipação referida no n.º 1 da Cláusula anterior será disponibilizada em duodécimos mensais, após assinatura do presente Contrato e de acordo com a afectação de verbas do IPDJ, I.P. à Federação Portuguesa de Voleibol.

**Cláusula Quarta****(Obrigações da Associação)**

São obrigações da Associação:

- a) Executar o Programa de Desenvolvimento Desportivo – Enquadramento Técnico de acordo com as instruções e diretrizes da Federação Portuguesa de Voleibol;
- b) Prestar todas as informações, bem como apresentar comprovativos da efectiva realização da despesa acerca da execução deste contrato programa, sempre que solicitados pela Federação Portuguesa de Voleibol;
- c) Entregar, mensalmente, um relatório sobre a execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo em questão, por cada um dos respetivos técnicos;
- d) Criar um centro de custos próprio e exclusivo para a execução do Programa objecto do presente contrato, não podendo em ele imputar outros custos e proveitos que não sejam os de execução deste Programa, de modo a assegurar-se o acompanhamento da aplicação de verbas confiadas exclusivamente para este fim.

**Cláusula Quinta****(Obrigações fiscais e para com a Segurança Social)**

A Associação de Voleibol do Porto não poderá beneficiar de novos apoios financeiros por parte da Federação Portuguesa de Voleibol, sempre que se encontre em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social, sendo igualmente suspensos os apoios decorrentes do Contrato Programa em curso enquanto a situação se mantiver.

## Cláusula Sexta

### (Incumprimento das obrigações da Associação)

1 – O incumprimento, por parte da Associação, das obrigações abaixo discriminadas, pode implicar a suspensão das participações financeiras da Federação:

- a) Obrigações referidas na Cláusula 4.ª do presente contrato programa;
- b) Obrigações contratuais constantes noutros contratos programas celebrados com a Federação Portuguesa de Voleibol;
- c) De qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

2 - O incumprimento do disposto nas alíneas a), b), c) e d) da Cláusula 4.ª, por razões não fundamentadas, concede à Federação Portuguesa de Voleibol o direito de resolução do presente Contrato e de reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa de Desenvolvimento Desportivo – Enquadramento Técnico.

3 – Sem prejuízo do estabelecido no n.º 2, da Cláusula 2.ª supra, caso as participações financeiras concedidas pela Primeira Outorgante não tenham sido aplicadas na execução do competente Programa de Desenvolvimento Desportivo – Enquadramento Técnico, a Associação obriga-se a restituir à Federação os montantes não aplicados e já recebidos, sendo que a inexistência do referido técnico previamente aprovado pela Federação Portuguesa de Voleibol sempre implicará, quanto a esse técnico, uma adequação automática do presente Contrato, designadamente extinguindo-se a obrigação por parte da Primeira Outorgante em pagar o respectivo e correspondentes duodécimos mensais.

4 – Caso as participações financeiras concedidas pela Primeira Outorgante, constantes noutros Contratos Programas celebrados com a Federação Portuguesa de Voleibol, em 2024 e/ou em anos anteriores, não tenham sido totalmente aplicadas na execução dos competentes

Programas de Desenvolvimento Desportivo, a Associação obriga-se a restituir à Federação os montantes não aplicados e já recebidos.

#### **Cláusula Sétima**

##### **(Obrigações da Federação Portuguesa de Voleibol)**

É obrigação da Federação Portuguesa de Voleibol verificar o exacto desenvolvimento do Programa de Desenvolvimento Desportivo – Enquadramento Técnico que justificou a celebração do presente contrato programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução nos termos anteriormente definidos ou noutros que, no seu entender, sejam adequados ao mesmo fim.

#### **Cláusula Oitava**

##### **(Revisão do contrato)**

O presente Contrato Programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de novembro.

#### **Cláusula Nona**

##### **(Vigência do contrato)**

O presente contrato programa entra em vigor na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2024.

#### **Cláusula Décima**

##### **(Disposições finais)**

- 1 – Nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, este contrato programa será publicitado na página electrónica da Federação Portuguesa de Voleibol.
- 2 – Os litígios emergentes da execução do presente Contrato Programa serão submetidos a arbitragem nos termos da Lei n.º 31/86, de 29 de agosto.
- 3 – Da decisão arbitral cabe recurso, de facto e de direito, para o tribunal competente, nele podendo ser reproduzidos todos os meios de prova apresentados na arbitragem.

Página 5 de 6

Assinado no Porto, em 1 de Março de 2024, em dois exemplares de igual valor, devidamente assinados e rubricados pelas partes, ficando um em posse de cada uma das partes.

Pe'l'A FPV

Pe'l'A Associação

  
\_\_\_\_\_  
(Vicente Henrique Gonçalves de Araújo)

  
\_\_\_\_\_  
(Fernando Ricardo Palhares Ferreira)

**CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO****CP\_AVP\_ET\_A\_2024**

*Aditamento ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo - Enquadramento Técnico  
- CP\_AVP\_ET\_2024, celebrado entre a Federação Portuguesa de Voleibol e a Associação de Voleibol do Porto*

**Entre**

A **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL**, Instituição de Utilidade Pública Desportiva, contribuinte n.º 501982060, com sede na Avenida de França, n.º 549, 4050-279, Porto, aqui representada pelo seu Presidente, Vicente Henrique Gonçalves de Araújo, adiante designada como Primeira Outorgante,

**E**

A **ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PORTO**, com o contribuinte n.º 501940731, com sede na Rua António Pinto Machado, nº 60, 2º andar, 4100-068, Porto, representada neste ato pelo seu Presidente, Fernando Ricardo Palhares Ferreira, adiante designada por Segunda Outorgante,

Ambas em conjunto designadas como “Partes”,

Considerando que:

- Mediante o contrato-programa CP\_AVP\_ET\_2024, celebrado em 01/03/2024, foi concedida pela Federação Portuguesa de Voleibol uma comparticipação financeira à Associação de Voleibol do Porto;
- No âmbito do financiamento ao movimento associativo, torna-se necessário dar continuidade ao apoio acima supracitado para fazer face aos encargos assumidos pela Associação, resultantes do Enquadramento Técnico desta;

Página 1 de 3



É acordado e reduzido a escrito, ao abrigo da Cláusula oitava do contrato-programa - Enquadramento Técnico CP\_AVP\_ET\_2024, celebrado entre as partes em 01/03/2024, o presente aditamento ao contrato-programa indicado, do qual passa a fazer parte integrante, com o seguinte teor:

**Cláusula Primeira  
(Objecto do aditamento)**

O presente aditamento ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo – Enquadramento Técnico CP\_AVP\_ET\_2024, celebrado em 01/03/2024, tem por objecto reforçar a comparticipação aos encargos com o Enquadramento Técnico da Associação.

**Cláusula Segunda  
(Comparticipação financeira)**

1 - A comparticipação financeira concedida no n.º 1 da Cláusula 3.ª do contrato-programa de desenvolvimento desportivo - Enquadramento Técnico, CP\_AVP\_ET\_2024 é acrescida de 3.450,00 € (Três mil, quatrocentos e cinquenta euros), destinada a participar os custos com:

- 1 Técnico Projecto Gira Volei

2 - A alteração dos fins a que se destinam as verbas previstas neste contrato só poderá ser feita mediante autorização escrita da Federação Portuguesa de Voleibol, com base numa proposta fundamentada da Associação.

3 - Caso as comparticipações financeiras concedidas pela Primeira Outorgante não tenham sido aplicadas na execução daquilo que constitui objecto do presente aditamento, a Associação obriga-se a restituir à Federação os montantes não aplicados e já recebidos.



**Cláusula Terceira**  
**(Disponibilização da Participação financeira)**

A participação referida na Cláusula anterior será disponibilizada mensalmente, de Outubro a Dezembro 2024, de acordo com a afectação de verbas do IPDP, I.P. à Federação Portuguesa de Voleibol para o efeito.

**Cláusula Quarta**  
**(Prazo de execução do programa)**


O prazo de execução do programa objecto de participação financeira ao abrigo do presente aditamento termina em 31 de Dezembro de 2024.

**Cláusula Quinta**  
**(Obrigações da Associação)**

São incluídas nas obrigações da Associação de Voleibol do Porto previstas na Cláusula 5.ª do contrato programa de desenvolvimento desportivo, CP\_AVP\_ET\_2024, as decorrentes da celebração deste aditamento.

Assinado no Porto, em 31 de Outubro de 2024, em dois exemplares de igual valor, devidamente assinados e rubricados pelas partes, ficando um em posse de cada uma das partes.

Pela FPV

  
  
(Vicente Henrique Gonçalves de Araújo)

Pela Associação

  
  
(Fernando Ricardo Palhares Ferreira)